

## OS CHAMADOS CASTELLA DO SUDOESTE: ARQUITECTURA, CRONOLOGIA E FUNÇÕES

POR

CARLOS FABIÃO

Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

PALABRAS CLAVE: Poblamiento rural romano, siglo I a.C. / siglo I d.C.

KEY WORDS: Roman rural settlement, first century B.C. / first century A.D.

### RESUMO

De há longa data são conhecidos vários edifícios de feição turriforme e organização complexa no Sudoeste Peninsular. Embora alguns tenham sido objecto de investigação, a ausência de publicação extensa dos dados que forneceram, inibe uma correcta interpretação das suas funções e tem alimentado um longo debate inconclusivo.

No estado actual dos conhecimentos, parece claro que estes edifícios são romanos, sem nenhuma ligação com o mundo indígena; não terão tido uma função militar, em sentido estrito, contrariamente ao que sucede com o Castelo da Lousa, Mourão, uma verdadeira fortaleza, bem distinta dos restantes conhecidos; resulta claro, hoje, que a suposta concentração deste tipo de arquitectura numa região concreta será mais aparente que real.

Constituem um modelo de povoamento ensaiado pelos romanos no Sudoeste num lapso de tempo compreendido entre a Segunda metade do século I a. C. e os inícios do I d.C., provavelmente, antecedendo a estabilização do modelo rural clássico.

### SUMMARY

The well known tower-type buildings seem to be a peculiar issue of the Southwest Roman settlement of the Iberian Peninsula, not related at all with pre-Roman architectural traditions. Despite the excavation undertaken in some of them, the lack of publication leaves to many unanswered questions.

We may say that they were not military buildings, despite the semblance with Castelo da Lousa, Mourão, a true Roman fort, near Guadiana's river; we also know that there's a widespread of this particular settlement type and not the specific concentration on the Castro Verde / Almodôvar area.

It seems that this peculiar settlement pattern was developed between the second half of the first Century BC and the first half of the first A. D., maybe before the setting of the classical rural farms and *uillae*.

Em qualquer abordagem ao processo de conquista e colonização do território do sudoeste peninsular pelos romanos surgem necessariamente como referência incontornável os chamados *castella*, identificados em grande número no Baixo Alentejo, com particular expressão nos actuais concelhos de

Castro Verde e Almodôvar, embora não faltem também exemplos em outras áreas, de mais recente identificação, como haverá oportunidade de assinalar. Parece-me, contudo, que no tratamento destas complexas instalações tem havido demasiadas associações (entre lugares de distintas finalidades, organização e cronologia, o que acrescentou e, em alguns casos retirou, sítios na lista geral), com escasso ou nulo fundamento arqueológico. De igual modo, imprescindível me parece sublinhar a extrema precariedade de todas as interpretações e generalizações que têm sido avançadas, atendendo à escassez de informação disponível (entenda-se da informação de índole arqueológica, devidamente contextualizada e publicada). Por outro lado, as relações com realidades mais ou menos próximas e com algumas semelhanças estruturais, como os chamados «recintos-torre» de La Serena, Badajoz, ou com os também chamados *castella* ou «recintos-torre» da Andaluzia (ou da *Baetica*, para mencionar as designações mais correntes), embora se reconheça alguma pertinência, na medida em que poderão corresponder a modelos de instalação decorrentes de uma mesma estratégia de apropriação do território (mais os primeiros, do que os segundos), só com futuros trabalhos se poderão esclarecer devidamente. Por fim, o actual panorama de grandes concentrações, separadas entre si por extensas áreas sem estruturas deste tipo documentadas, poderá corresponder mais aos acasos das prospecções, do que propriamente a uma distribuição espacialmente significativa (como recentes informações vêm crescentemente sugerindo). Teremos, assim, mais uma «geografia de investigação» do que propriamente uma «geografia do modelo de povoamento», como tantas vezes sucede.

### 1. DE QUE FALAMOS, QUANDO FALAMOS DE CASTELLA

A designação de *castella* tem sido reservada para sítios arqueológicos de pequena dimensão, ocupando serros de escassa entidade, mas, frequentemente com bom domínio visual das áreas envolventes. Tra-

ta-se de construções de planta quadrangular, com pouco mais de uma dezena de metros de lado, instaladas no topo de uma elevação, e rodeadas de plataformas edificadas. Em todos os casos escavados, ou simplesmente prospectados, foi possível comprovar tratar-se de instalações de época romana, com espólios situados em torno da mudança da Era. O facto de se não conhecerem estruturas análogas claramente atribuíveis à época pré-romana sublinha a singularidade deste modelo de ocupação do espaço e a cronologia da sua eclosão, como em outros lugares já referi (Fabião, 1998 e 2001).

Poder-se-ia começar por discutir a pertinência da utilização do termo latino para as construções até hoje identificadas, mas, como em outros locais já o fiz (Fabião / Guerra, n.p.; Fabião, 1989: 39-40 e Fabião, 1998), penso que não interessará voltar ao tema. Importa, todavia, sublinhar que esta designação comporta, em si, um pressuposto, o de que estas estruturas teriam uma função eminentemente militar (ideia que cheguei a partilhar em diferentes textos), o que cada vez parece menos certo, pelas razões adiante expostas.

As mais antigas descrições destes estabelecimentos devem-se a Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas, que identificou e cartografou vários nas regiões de Ourique e Castro Verde (Villas-Boas, 1791: 383-385 e 1813: Est. VI e VII). No que respeita às plantas, sobretudo as registadas na Est. VI, da coleção de estampas designada *Graças Concedidas por Deus...*, os desenhos nada têm a ver com as estruturas propriamente ditas, lembrando muito mais, na exuberância dos recortes dos seus contornos, em ângulo agudo, as fortificações modernas, com sugestões de baluartes, inclusivamente (Villas-Boas, 1813: Est. VI), do que propriamente as realidades que podemos observar no terreno. Mas, nas descrições, desvanece-se qualquer dúvida, evidenciando-se todo o rigor da observação do franciscano tocado pelo «espírito das Luzes»: «A ideia que hoje se pôde formar daquelles restos, em quanto mão propria não os sonda, e nos podermos adiantar as excavações, he de juízo incerto a muitos respeito. Podem aquellas Fortalezas ser dos Romanos, ser dos Mouros, e por ventura dos Lusitanos antigos (...); a fábrica das muralhas, das quaes algumas tem doze palmos de largura, não tem a liga Vitruviana: solta-se o que pôde tambem ser alluimento pela duração dos seculos: em partes são formadas de lajes sobrepostas seccamente» (Villas-Boas, 1791: 384). Os resultados da observação são, portanto: a verificação de que não existem elementos estruturais datantes e o reconhecimento de uma técnica de construção em pedra seca, formando paredes espessas.

Anos mais tarde, o erudito Gabriel Pereira, habitualmente considerado um dos percursores do estudo dos *castella*, visitou a região em Outubro de 1878; mas, apesar de conhecer os desenhos do Bispo de Beja e Arcebispo de Évora, foi directamente ao sítio da Senhora Cola, sem prestar particular atenção aos restantes locais registados (Pereira, 1879). Sobre estes últimos, que comentou tendo em atenção somente a *cartografia* do Arcebispo de Évora, escreveu: «(...) apesar da boa vontade não me foi possível ir lá, tive de adiar a visita e voltei a Ourique. Em breve porem tenciono examinar as ruinas de Castro Verde e uma vez n'aquelles monotonos e agrestes sitios visitarei ainda a Colla» (Id.: 25). Ao que julgo saber, não chegou a concretizar esta visita, pelo que me parece manifestamente incorrecto colocá-lo na lista dos Autores que sobre estes monumentos se interessaram.

Mais tarde, já nas primeiras décadas do século xx, José Leite de Vasconcellos (1933) visitou algumas destas construções e fez recolhas de superfície. Estes sim, podem considerar-se os mais antigos estudos de natureza arqueológica, no sentido moderno do termo, efectuados sobre estes monumentos. Infelizmente, a visita efectuou-se já em fase tardia da actividade científica do primeiro Director do Museu Ethnológico, quando os dados arqueológicos não eram já a sua principal motivação, empenhado que estava na escrita da sua *Etnografia Portuguesa*. Por isso mesmo, limitou-se a visitar alguns destes locais (a outros, de que teve conhecimento, nem sequer foi), a observar e registar em breves esboços as suas peculiares características topográficas, com várias «(...) ordens de aterros (...)» (Vasconcellos, 1933: 234-235 e Figs. 3-5) - o esboço que apresenta da morfologia dos serros é particularmente exacta e expressiva, diga-se. As recolhas de superfície que efectuou confirmaram a cronologia romana dos estabelecimentos, em quase todos encontrou fragmentos de ânforas (*Ibid.*). Refere, ainda, ter tido notícia do aparecimento de 9 lucernas no Castelo da Amendoeira, Castro Verde, (Id.: 234-5) e de *chocolateiras* e *panelas* de cobre no Castelo dos Mestres, Almodôvar (Id.: 245), embora não tenha podido observar estas peças.

Apesar de todos estes antecedentes, que dariam uma maior visibilidade ao conjunto das construções da extremidade sul do Baixo Alentejo, acabaria por ser o Castelo da Lousa, Mourão, na margem esquerda do Guadiana, a ganhar maior notoriedade. Por estranho que pareça, em nenhum momento os investigadores que estudaram a Lousa estabeleceram qualquer relação, ou sequer referiram, as já bem conhecidas estruturas da área de Castro Verde / Al-

modôvar. Em contrapartida, desde o primeiro momento —entenda-se, desde a escavação do Castelo do Monte do Manuel Galo, Mértola, nos inícios da década de 70 do século xx—, Manuel Maia e, depois dele, todos quantos trataram a temática das supostas fortificações romanas nas áreas meridionais do actual território português (incluindo o autor destas linhas), estabeleceram a ligação entre a Lousa e todo o conjunto mais meridional, apesar da distância física, da distinta implantação, das diferenças estruturais e cronológicas que se verificam.

Deve sublinhar-se, porém, de uma forma inequívoca, que o exame detalhado às estruturas conhecidas e seus materiais sugere tratar-se de realidades distintas às quais somente por apreciação grosseira se pode atribuir uma mesma finalidade e cronologia. O Castelo da Lousa, Mourão, é claramente mais antigo, maior e, com toda a verosimilhança, de finalidade distinta (claramente militar) dos restantes do Baixo Alentejo (com a possível excepção do Castelo das Juntas, Castro Verde, sobre o qual, infelizmente, muito poucos elementos há); o que, bem entendido, não impede que tenham coexistido no tempo. Isto é, os exemplares do Baixo Alentejo foram construídos em um momento em que ainda se encontrava activa a fortificação da margem esquerda do Guadiana, o que até poderá justificar alguma influência do seu desenho na planificação daqueles. Não me parece, porém, que tenham sido concebidos com o mesmo objectivo ou tenham tido funções análogas. Não me ocuparei aqui dos argumentos que usei para estabelecer esta dissociação. Os eventuais interessados poderão consultá-los em outros lugares (Fabião, 1998 e Edia, 2002). Creio que as recentes escavações realizadas no Castelo da Lousa, no âmbito da minimização de impactes da construção da barragem de Alqueva (Edia, 2002), em nada contrariam as minhas observações.

## 2. O ESTUDO ARQUEOLÓGICO DOS CASTELLA O SEU NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO

Nos inícios da década de 70 do século xx, Manuel Maia iniciou as escavações no primeiro de um conjunto de edifícios, que identificou como *castella*, existentes no Baixo Alentejo e Algarve: o Castelo do Monte do Manuel Galo, Mértola (Maia, 1972 e 1974), identificado por Caetano de Mello Beirão. Infelizmente, para além dos aspectos complexos que se prendem com a determinação das cronologias de construção / ocupação / abandono, funções e explicação das razões que determinaram a implantação destas estruturas, deve sublinhar-se que todo o pro-

cesso das investigações iniciado no monumento de Mértola, e continuado por vários anos em outros, sobretudo na área de Castro Verde, se pautou sempre por numerosas imprecisões na descrição dos sítios, informações contraditórias e, o que é pior, inexistência de publicação sistemática dos dados obtidos no decurso das escavações. Todas estas imprecisões tornam extremamente difícil a análise do conjunto e, pode dizer-se, impõem a necessidade de se proceder a novas escavações, com publicação integral da informação. Tudo o que se possa escrever no estado actual dos conhecimentos constitui mero exercício de análise crítica dos dados disponíveis que, em alguns casos, permitirá rectificar considerações pouco fundamentadas, mas, em nenhuma circunstância apresentar interpretações mais sólidas e credíveis para o conjunto.

As investigações de Manuel Maia constituem, afinal, a primeira abordagem com carácter sistemático de algumas das fortificações identificadas e referidas por Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas, nos finais do séc. xviii / inícios do xix (Villas-Boas, 1791: 383-385 e 1813: Est. VI e VII), e parcialmente reconhecidas por Leite de Vasconcellos (1933: 234 e ss.), ainda que o primeiro sítio escavado (Monte do Manuel Galo, Mértola) não constasse de nenhuma das relações anteriormente publicadas, ambas circunscritas à área de Castro Verde / Almodôvar / Ourique. Assim, pode dizer-se que o primeiro contributo substantivo das investigações de Manuel Maia consistiu, justamente, na definição de um mais extensa área de distribuição das estruturas deste tipo, abrangendo os concelhos de Mértola e Alcoutim.

Por esclarecer permanece a questão de poder ter havido, ainda antes de se iniciarem as escavações do Castelo do Manuel Galo, investigações com um carácter mais ou menos sistemático no Castelo da Amendoeira, Castro Verde, promovidas por Manuel Heleno em data incerta (Maia, 1978: 279 e 281) —tal como Manuel Maia, não encontrei quaisquer materiais com essa proveniência atribuída nas reservas do MNALV; parece-me, contudo, difícil que uma tal intervenção não tenha sido listada na minuciosa relação de actividades do Museu, publicada por Saavedra Machado (MACHADO, 1965). Os vestígios de «escavações», com destruição de paredes, observáveis no Castelo dos Mestres, Almodôvar, enquadram-se claramente em uma outra lógica de abordagem a locais de antiga habitação, bem conhecida nesta área, e que tem a ver com as recorrentes histórias de «sonhos e tesouros» — poderão ser os vestígios das «pesquisas» já relatadas por Leite de Vasconcellos (Vasconcellos, 1933: 245), ou outra(s) mais recente(s).

Os trabalhos no Monte do Manuel Galo, Mértola, deram origem a um extenso programa de actividades, que se estendeu por mais de uma década e que incluiu prospecções, sondagens e escavações mais extensas (Maia, 1978; 1986 e 1988 e Maia / Maia, 1986 e 1996). Todo este labor não foi, contudo, acompanhado por publicações circunstanciadas dos resultados obtidos nos diferentes sítios investigados, o que naturalmente limita bastante qualquer tentativa de análise de conjunto, particularmente por se tratar de uma época mal conhecida nesta região.

Por incrível que pareça, sobretudo para quem está habituado a olhar a carta de distribuição de pontos correspondente aos *castella* do Sudoeste, o número e localização destes monumentos na região permanece indefinido.

Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas referiu-se a algumas fortificações da área envolvente de Castro Verde (Villas-Boas, 1813: Est VI), entre as quais figura o Outeiro de S. Pedro das Cabeças que, seguramente, não corresponde a nenhuma construção enquadrável nesta categoria, apesar de poder ter conhecido ocupações coevas. O local vem sendo identificado como povoado indígena fortificado e a sua localização, em cerro elevado, dominando as áreas envolventes, com alguns taludes bem marcados a sugerirem a existência de antigas muralhas soterradas, bem como o conjunto, em geral, não desafia dos tradicionais modelos de implantação do habitat indígena da região (Berrocal, 1992 e Fabião, 1998), ainda que J. Leite de Vasconcellos somente tenha registado materiais de época romana, entre os muitos «cacos antigos» de recolha superficial (Vasconcellos, 1933: 232-233). O Arcebispo de Évora e Bispo de Beja referiu-se, por outro lado, a um outro conjunto de fortificações que rodeava o sítio da Senhora da Cola (1813: Est. VII) e que, presumivelmente, nada terão que ver com as estruturas aqui consideradas (Viana, 1959: 25-35), embora careçam ainda de investigação específica.

Como já se disse, a José Leite de Vasconcellos se parecem dever algumas das primeiras notícias sobre monumentos que presentemente figuram na lista dos *Castella* do extremo sul do Baixo Alentejo (Vasconcellos, 1933: 234-245 e Figs. 3 a 5). O Autor visitou o Castelo do Curral da Zorra —posteriormente chamado «Cerca da Zorra» (Maia, 1978: 282) e, mais tarde, excluído da lista dos *Castella* (Maia, 1986), provavelmente, por ser um núcleo de ocupação mais tardia (Maia, 1978: 282)—, o Castelo de Entre-as-Ribeiras —já referido por Fr. Manoel do Cenáculo Villas-Boas como «Forte das Juntas» (1813: VI), tendo Manuel Maia recuperado a primitiva designação (Maia, 1978: 282; 1986: 201)—, o

Castelo da Amendoeira (Vasconcellos, 1933: 234-5: Figs. 3 a 5). Na mesma notícia, refere um conjunto de outras estruturas, Castelos de Cachaçadas, ou Cachaçadas, Caxia, ou Cachia, Herdade do Romeiro, A-dos Mestres e outros, de que teve conhecimento, mas não chegou a visitar (*Id.*: 235-245) - resulta evidente, pelas notas deixadas pelo fundador do Museu Ethnológico, que nem todos os «castelos» a que se refere pertenceriam ao conjunto de construções aqui consideradas. O facto de não ter reconhecido *in loco* os diferentes sítios e de se ter baseado somente em informações de terceiros ajudará a explicar os obscuros topónimos mencionados, muitos deles impossíveis de reconhecer e relocalizar na actualidade.

Quanto a Manuel Maia, começou por mencionar 17 monumentos conhecidos no Baixo Alentejo e Algarve (Maia, 1974: 332). Mais tarde, no primeiro trabalho de conjunto que publicou sobre os mesmos, apresentou a lista detalhada, que incluía o Cerro da Mangancha, Aljustrel, o Castelo da Messejana, o Castelo de Garvão e o de S. Luzia, ambos em Ourique, respectivamente, os números 1, 15, 16 e 17 da lista (MAIA, 1978), qualquer deles - com a eventual ressalva de S. Luzia, que não conheço - seguramente não enquadrável nesta categoria de sítios arqueológicos. Finalmente, em nova relação, publicada em 1986, excluiu os locais referidos, «(...) *pelo menos temporariamente (...)*» (Maia, 1986: 201), bem como o Castelo da Cerca da Zorra, acrescentando 8 novos sítios, para além de rectificar a localização do Castelo de Guerreiros do Rio, para o Montinho das Laranjeiras, Alcoutim, chegando assim a um novo inventário de 20 monumentos que, no âmbito das publicações de Manuel Maia se poderá considerar a sua relação «definitiva», até por figurar em mais do que um trabalho sobre o tema (Maia / Maia, 1996: 65) - pelo menos, até onde é aceitável tal conceito em Arqueologia. Apresenta, relativamente à proposta anterior, um maior número de fortificações e uma maior concentração espacial das mesmas, visto que os sítios excluídos —e, repita-se, manifestamente bem excluídos, por não se assemelharem em quase nada às restantes fortificações listadas— se situavam todos nas orlas setentrional e ocidental da mancha de distribuição divulgada no estudo de 1978 - mas, diga-se, não consegui, até à data, localizar o Castelo de Almodôvar, que o Autor inclui na sua lista, a menos que se trate do Castelo de Mora, sobranceiro à confluência entre a ribeira do mesmo nome e a da Perna Seca, que constituía uma das confrontações do concelho medieval de Almodôvar e que muito dificilmente se poderá integrar nas características dos monumentos em apreço.

Para lá das observações de índole genérica, do número e dispersão espacial, interessa reter, também, de que real amostra arqueológica falamos quando consideramos os *Castella* na sua globalidade. De facto, dispomos de informações decorrentes de recolhas de superfície, cuja representatividade poderemos sempre questionar —recorde-se que à superfície do Castelhinho dos Mouros, Castro Verde (Fig. 91, n.º 4) terá sido recolhido o único fragmento de cerâmica campaniense que este monumento entregou, considerado pelo autor da escavação como irrelevante para precisar a sua cronologia (MAIA, 1986a: 204). Dos vinte sítios listados, terá havido escavação «*metódica e quase integral*» no Castelhinho dos Mouros (Maia / Maia, 1996: 71); o «*Manuel Galo foi parcialmente explorado*» (*Ibid.*); houve «*sondagens*» em Namorados (Fig. 91, n.º 1), Chaminé das Cabeças (Fig. 91, n.º 2), Amendoeira e Vale de Mértola.

O caso do Castelo das Juntas, também apenas sondado (Maia, 1986a: 201), é peculiar por várias razões: em primeiro lugar, porque é maior que todos os outros, assemelhando-se-lhes somente pela microtopografia, com várias ordens de taludes escalonados. Foi representado com uma grande dimensão na já citada Est. VI do Álbum de Frei Manoel do cenáculo Villas-Boas (1813); e «*castro*» lhe chamou Leite de Vasconcellos (1933: 234), o que nem se poderá considerar especialmente significativo, uma vez que usou a mesma designação para o Castelo dos Mestres (ou A-dos-Mestres), sem dúvida um «*Castellum*» típico (*Id.*: 245): entenda-se, um monumento com estrutura análoga à dos que estamos a considerar aqui. Em segundo lugar, porque parece ter uma data de fundação e ocupação anterior à dos restantes casos estudados, pelo menos, a fazer fé nos dados de superfície e nas próprias indicações de Manuel Maia que ali efectuou sondagens —no entanto, as ânforas publicadas por M.<sup>a</sup> Júlia Madeira (Madeira, 1988) demonstram que o sítio teria sido ocupado, provavelmente, até aos inícios do séc. I d.C., sendo, portanto, coevo das outras construções, em parte da sua existência.

Estas particularidades, concretamente a maior dimensão e uma provável maior antiguidade de fundação, são, aliás, reconhecidas por Manuel Maia (Maia, 1978: 282; Maia / Maia, 1996: 71), sendo particularmente significativa a sua sistemática exclusão, sempre que discorre sobre aspectos relacionadas com as fundações e abandonos dos monumentos, nos textos mais recentes, não me parecendo suficiente para explicar estes silêncios o facto de apenas ali ter realizado uma pequena sondagem (Maia, 1978: 282). Na realidade, creio que a não

inclusão do Castelo das Juntas resulta manifestamente da dificuldade em enquadrá-lo, de um ponto de vista cronológico (considerando a data de fundação), talvez funcional, também, na apreciação do conjunto.

Quanto às escavações, propriamente ditas, há dados arqueológicos tidos como seguros para datar a fundação e suposto abandono do Manuel Galo, Castelhinho dos Mouros, Castelo da Amendoeira (Maia, 1986a: 207 e Maia / Maia, 1996: 71-73). Para os restantes, a informação revelou-se mais avara: «*No caso dos Namorados, reocupado pouco depois do abandono, não podemos obter dados concretos quanto à data da sua fundação e apenas possuímos o terminus ante quem oferecido pelo nível de reocupação, os finais do Séc. I e o Séc. III*» (Maia / Maia, 1996: 71); «*Quanto ao Castelo de Vale de Mértola, não pudemos recolher elementos capazes de fornecer a cronologia da sua fundação. O abandono está, em contrapartida, bem documentado, através de «Sigillata» Itálica dos períodos de finais de Augusto - Tibério e Tibério*» (*Id.*: 72). Sobre o de Chaminé das Cabeças, também apenas sondado, nada foi publicado.

A este conjunto de informações se resume a matéria passível de discussão: dois monumentos mais extensamente escavados e outros quatro sondados, dos quais três não entregaram qualquer elemento que possibilite datar a sua fundação. Há que reconhecer, pois, que é muito pouco para uma correcta aferição do conjunto, na sua totalidade. Esta escassez de informação obriga a uma cuidada atenção ao edificado, apesar de tudo, a realidade que se consegue minimamente avaliar.

### 3. TIPOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES

Ao conjunto das construções identificadas e estudadas por Manuel Maia tem sido atribuída uma grande uniformidade estrutural (Maia, 1978: 280-281; 1986: 195-204 e 1988: 46 e Maia / Maia, 1996: 66-70), cuja modulação se clarificou depois dos trabalhos de Wahl e Ewert sobre o Castelo da Lousa (Wahl, 1985) e, sobretudo, pelos ensaios de Pedro Cid —infelizmente, este interessante e meritório trabalho escolar permanece inédito (Cid, 1994). As semelhanças entre as diferentes construções já tinham sido também notadas por Leite de Vasconcellos, nas notas de viagem que elaborou e deu à estampa (Vasconcellos, 1933: 234-235 e Figs. 3 a 5), ainda que estas últimas resultem sobretudo de impressões de conjunto, resultantes da similitude topográfica dos sítios. Julgo, porém, que não será destituído de sen-

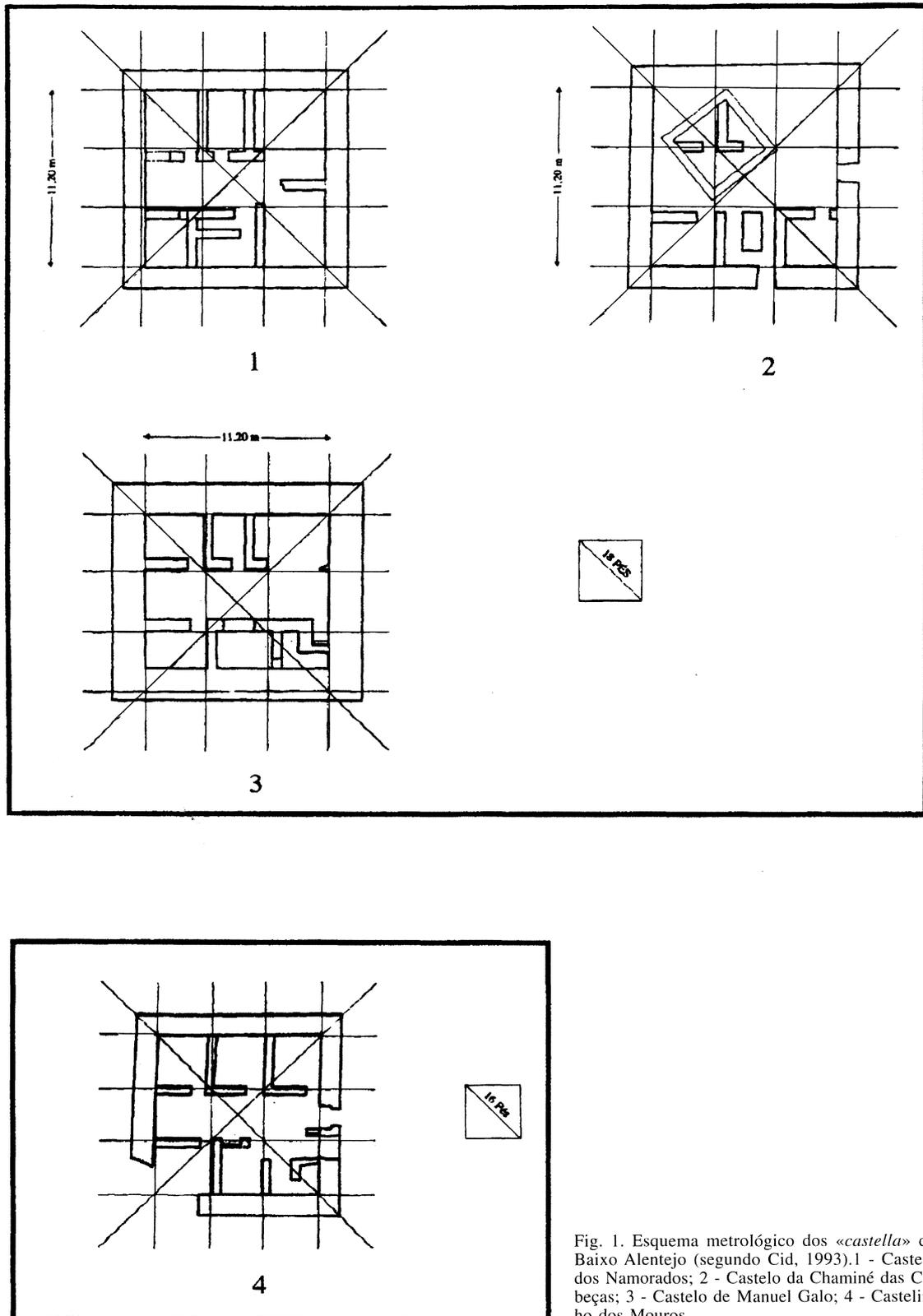


Fig. 1. Esquema metrológico dos «castella» do Baixo Alentejo (segundo Cid, 1993). 1 - Castelo dos Namorados; 2 - Castelo da Chaminé das Cabeças; 3 - Castelo de Manuel Galo; 4 - Castelinho dos Mouros.

tido perscrutar minuciosamente estas semelhanças e, sobretudo, testar a sua veracidade. É certo que os chamados *Castella* têm um inegável «ar de família», basicamente por apresentarem diferentes plataformas com construções, rodeando um corpo central de planta quadrangular, delimitado por poderosas paredes. Tal não impediu que, com o zelo tipológico, tão típico das investigações arqueológicas, se tenham proposto diferentes subagrupamentos dentro do conjunto.

Nas primeiras abordagens, M. Maia avançou com uma tripartição dos monumentos, respectivamente, em :

**Tipo I**, «(...) construções que (...) têm uma implantação característica, sobre uma colina de cota pouco elevada, com uma ou mais plataformas correspondendo a outras tantas linhas de muralhas, com um ou dois pequenos cursos de água, com abundante material romano à superfície» (Maia, 1978: 281) - registre-se que esta designação englobava sítios tão diversificados como o Castelo do Manuel Galo, «*seu protótipo*» (*Ibid.*), Castelo das Juntas, o Cerro da Mangancha ou Garvão que, manifestamente, pouco têm em comum, de um ponto de vista topográfico; **Tipo II**, « (...) fortificações morfológicamente idênticas às do **Tipo I**, mas em que se nota uma quase total ausência de espólio à superfície» (*Ibid.*) - onde se incluía o Castelo da Messejana, posteriormente retirado da lista; **Tipo III**, «(...) monumentos implantados em pequenas mesas com uma das vertentes abrupta e a outra com uma inclinação mais suave. Os materiais são abundantes à superfície» (*Id.*: 282) - este grupo era representado somente pelo Castelo de Santa Luzia, retirado da lista dos *Castella* nos mais recentes trabalhos dedicados ao tema, como já se referiu.

Para lá da discussão que mereceria a fraca homogeneidade de critérios que conduziu à proposta de constituição destes agrupamentos e tendo em atenção que o único representante do *III Grupo* acabaria por ser excluído da lista, resulta evidente que esta primeira «tipologia» atendia exclusivamente ao critério da abundância do espólio arqueológico reconhecido à superfície, vagamente relacionado com considerandos de ordem topográfica, suficientemente vagos e imprecisos, para não merecerem particular atenção. Como critério, é objectivamente fraco e o próprio Manuel Maia acabaria por abandonar esta forma de aproximação aos monumentos.

Em textos posteriores, obviamente condicionados pelas propostas de Wahl / Ewert, o esquema tipológico centra-se na natureza da planta do recinto central. Surge, deste modo, o «**Tipo Manuel Galo**», com dois corpos laterais subdivididos, abrindo para

um corpo central indiviso (Maia, 1986: 204; Maia / Maia, 1996: 67); e o «**Tipo Namorados**», com a nave central igualmente subdividida, definindo um compartimento central quadrangular (*Ibid.*).

No trabalho que consagrou à arquitectura dos *Castella*, Pedro Cid logrou identificar um importante conjunto de regularidades. Desde logo, a implantação escolhida:

a-) cerros bem individualizados, embora nem sempre os mais altos da região, seleccionados, ao que parece, pela sua configuração, propícia a receber o núcleo central das construções; b-) proximidade de, pelo menos, uma linha de água (Cid, 94: 4-5).

Outras particularidades observadas, como a proximidade de baixas agrícolas, ou os trabalhos de regularização dos cerros, tendentes a melhor instalar as estruturas, creio que decorrem das anteriores, não podendo, por isso mesmo, ser colocadas ao mesmo nível. De facto, é a implantação junto da linha de água que determina a concomitante proximidade das chãs agrícolas, tal como a prévia escolha do cerro minimiza os trabalhos de afeição tidos por necessários, para a instalação de uma estrutura de plano estereotipado.

Quanto à leitura das «plantas» —e é conveniente não perder de vista que apenas quatro estão disponíveis (Castelo de Manuel Galo, Castelinho dos Mouros, Namorados e Chaminé das Cabeças), embora se possa adicionar os elementos parciais conhecidos de outros dois monumentos (Castelo de Amendoeira e Castelo de Vale de Mértola)—, observa-se uma evidente regularidade no seu projecto: «*Delimitados por grossas paredes que enfatizam o seu contorno quadrangular, onde poucos (ou nenhuns) vão se rasgam, subdividem-se internamente em três alas idênticas, com as laterais compartimentadas; a eixo da edificação, o espaço permanece indiviso, amplo corredor central, eventualmente descoberto, e que serviria de galeria de distribuição e iluminação para o conjunto da casa*» (Cid, 1994: 6). No que diz respeito à geometria das edificações centrais, seguindo a pista já traçada por Wahl / Ewert (1985), foi possível determinar um programa de construção comum, englobando, contudo, duas séries distintas: uma pequena, com um módulo de 16 pés (na qual caberia o Castelinho dos Mouros), e uma grande, com um módulo de 18 pés (Manuel Galo, Namorados, Chaminé das Cabeças) (Cid, 1994: 9-10 e desenhos 6a, 6b, 7a e 7b, reproduzidos na Fig.).

O método ensaiado por Pedro Cid partiu da definição das diagonais dos quadrados inscritos no interior das fortificações —e, neste particular, afasta-se da abordagem sugerida por Wahl e Ewert (1985: 162) que optaram pelo contorno externo— e respec-

tiva conversão em pés (recorrendo, para o efeito, à medida *pes monumentalis*, de 0.296 m, por ser a mais difundida no mundo romano); posteriormente dividida por três, chegando deste modo à definição da quadrícula que pontua os elementos mais importantes das plantas (Cid, 1994: 9-10, esquema reproduzido na Fig.). Ainda seguindo a criteriosa análise de Cid, verifica-se de igual modo uma constância na subdivisão interior em um dos seis compartimentos das alas laterais, ao que tudo indica, relacionada com o arranque das escadarias de acesso ao piso superior (*Id.*: 10). Este último, poderia ser simplesmente um terraço, como sugere Manuel Maia (Maia, 1986a: 207-208 e Maia / Maia, 1996: 69), ou um segundo piso, efectivamente coberto, construído em terra (adobes ou taipa), que a apreciável espessura das paredes inferiores permitiria suportar e o volume dos derrubes deixa perceber. Esta última hipótese é categoricamente excluída por Manuel Maia «(...) porque não observámos quantidade de cinzas e carvões, nem barro ou restos de tijolos crus que consintam sustentá-la.» (Maia / Maia, 1996: 69). Contudo, e atendendo a que a parte conservada das construções apresenta ainda consideráveis pés-direitos, literalmente entulhados, creio que será mais sensato deixar em aberto esta possibilidade. Os restantes pormenores construtivos, arranjo de pavimentos, bom esquadriado das paredes, orifícios de escoamento das águas, pode considerar-se conforme ao rigor do desenho arquitectónico.

A suposta excepção às regras enunciadas que o Castelo dos Namorados constituiria, com a nave central igualmente subdividida (Maia, 1986: 204), mais parece poder considerar-se uma pequena variação à norma, do que uma real variante. Na prática, o que se observa é uma de duas situações: ou a nave central patenteia uma marcada irregularidade, com acentuado estreitamento em uma das extremidades; ou foi encurtada para admitir um compartimento «de topo» (cf. as plantas publicadas por M. Maia e P. Cid, bem como a Fig. 1). O esclarecimento desta dúvida depende de uma publicação exaustiva das escavações feitas, não só para melhor se poder aferir a função daquele espaço, como para que se esclareça se tal opção é de raiz ou se resultou de um arranjo posterior de um espaço já construído, que não apresentava tal divisão.

Ao recinto central que temos vindo a apreciar, acrescentam-se, em plano inferior, outras áreas construídas, dispostas em plataformas que abraçam o núcleo primitivo - as análises que Pedro Cid fez dos poucos dados disponíveis para a leitura destas áreas, sugerem que as mesmas obedeceriam à rigorosa planimetria do recinto central, pelo que se jus-

tifica considerá-lo como o ponto de partida para a edificação do conjunto (Cid, 1994: 10). Não dispomos de qualquer dado que nos permita inquirir da funcionalidade destas áreas, embora Manuel Maia tenha defendido, em texto recente e com base em observações feitas no Castelhinho dos Mouros, que as mesmas incluíam fornos para a fundição e copeação da prata (Maia / Maia 1996: 70) —uma vez mais falta a publicação detalhada dos elementos que permitirão sustentar tal proposta.

Sem querer sublinhar, uma vez mais, a precariedade destas considerações, apenas baseadas na análise detalhada (escavação e leitura estrutural) de poucos casos, é conveniente salientar que, pelo menos, em dois casos —Castelo de Gorazes (Almodôvar) e Castelo de Castelejo (Mértola)— as plataformas inferiores parecem corresponder a um outro plano estrutural, já que denunciam uma configuração ovalada. No entanto, como se conhecem situações de re-utilização dos *Castella*, tanto em época romana (Namorados), como em tempos medievais (Manuel Galo) —será desta época, provavelmente, a torre maciça do ângulo sul, claramente aposta à anterior estrutura—, pode aceitar-se que estas configurações que parecem detectar-se à superfície do terreno, mas que não foram sequer sondadas, correspondam a remodelações tardias das anteriores construções.

Como já se disse, o Castelo das Juntas não parece pertencer a esta categoria de edificações. É, pelo menos, bastante maior, e não parece ter a estrutura cúbica dos exemplares que tenho estado a considerar. Por outro lado, parece ter sido edificado e ter conhecido uma primeira utilização em época mais antiga que os anteriores (embora seja particularmente difícil ter ideias claras sobre esta questão, pela escassez de dados publicados).

Quanto ao Castelo da Lousa, Mourão, uma estrutura que, como se disse, tem sido frequentemente associada a estes *Castella*, foi possível identificar uma cuidada planificação da construção central, com um módulo de 20 pés e esquema quadripartido, de simetria perfeita, organizado em torno de um pátio interior, onde se abre a cisterna (*Id.*: 174-176); embora com uma clara extensão na ala Este (Cid, 1993: 10 e Desenho 8a), e com as necessárias adaptações para receber a escada de acesso ao piso superior. O piso inferior deveria ter um pé-direito interior de cerca de 2.70 metros (Wahl, 1985: 155) e vãos com os peitoris a cerca de 1.60m do solo (Cid, 1993: 10), medida que constitui basicamente uma estimativa, já que nos faltam informações concretas sobre o nível a que foi encontrado o pavimento romano. Na construção do recinto central, para além

de uma rigorosa submissão ao plano arquitectónico e uma cuidada escolha dos materiais, verificou-se uma apreciável perícia no domínio das técnicas de cantaria, que permitiu fabricar verdadeiros silhares, com os blocos de xisto, onde não falta mesmo o uso de um «almofadado rústico» (Paço / Leal, 1966a: Fig. 15 e 1966b: 13) —nas palavras de Pedro Cid, «(...) *um genuíno opus quadratum, de fiadas baixas, definidas com alguma regularidade*» (1993: 8). Refira-se que a dimensão de alguns dos blocos utilizados permitiria o uso da expressão «ciclópico» para definir o seu aparelho: blocos monolíticos que chegam a atingir os 4 metros de comprimento, por exemplo, na escadaria exterior de acesso —parece-me importante sublinhar este aspecto, uma vez que se trata de uma edificação que utilizou matérias-primas pouco aptas a produzir aparelhos deste tipo.

No seu plano, o Castelo da Lousa desenha uma estrutura quadripartida, organizada em torno de um pátio central, e com uma modulação de 20 pés, ainda que distendida para Oesta (Wahl, 1985: 174-176 e Bei 1 e 2). Como bem frisou Pedro Cid, são aqui perfeitamente notórios os elementos constitutivos de uma construção clássica: *fauces* de entrada, o compartimento **P** das plantas de Paço e Leal, a que se acede por imponente escadaria exterior; *atrium* e respectivo *impluvium*, aqui materializado na profunda cisterna (naturalmente destinada a assegurar uma conserva de água, considerada necessária, apesar da proximidade do Guadiana); uma divisão principal, a única onde se rasgam dois vãos para o exterior, no eixo da construção, com a dignidade de um *tablinium*, o espaço **G** das plantas de Paço e Leal; e as *alae*, com vários *cubicula* (Cid, 1994: 7) - creio que é justamente a localização desta «área nobre» que poderá justificar o tal alongamento da estrutura. Pelo contrário, os exemplares escavados por Manuel Maia denotam uma concepção tripartida, com galeria central e dois corpos onde se abrem modestas divisões, em plano de simetria, excepto na zona onde se inscreve o apoio da escadaria que permitia aceder ao piso superior ou terraço, e uma modulação que oscila entre os 16 e os 18 pés (Cid, 1994: 9-10 e desenhos 6a, 6b, 7a e 7b; v. também a Fig.). No que respeita às técnicas de construção, o aparelho da fortificação do Guadiana é muito mais cuidado, com criteriosa selecção de materiais e uma imponência que se não observa nas restantes —e nem sequer se poderá considerar pertinente o argumento do constrangimento imposto pela matéria-prima disponível, uma vez que todas as construções são de xisto. Há, pois, toda uma dignidade arquitectónica no estabelecimento da Lousa, que se não vislumbra nas estruturas mais meridionais.

Pelas razões expostas, creio que será aceitável distinguir claramente o Castelo da Lousa, dos outros locais estudados por Manuel Maia. Interessa reter, sobretudo, a inequívoca distância cronológica que os separa e que corresponderá, por certo, a distintas formas de apropriação e controle do espaço do Sudoeste —com a possível excepção do já aludido caso do Castelo das Juntas, que, repito, até poderá pertencer ao mesmo processo que ditou a construção do forte da margem esquerda do Guadiana. A cisterna desta fortificação —sublinhe-se, ausente em todos os exemplares conhecidos de paragens mais meridionais, sendo evidente que o caudal do Guadiana é incomparavelmente superior ao de qualquer dos cursos de água junto aos quais foram implantadas— parece-me reforçar a ideia de que estamos perante uma estrutura que se assumia com características claramente defensivas, em face de um território hostil. Sublinha, pois, em meu entender, o seu carácter militar.

#### 4. CRONOLOGIAS E FUNÇÕES

As cronologias a atribuir às sequências construção / ocupação / abandono dos diferentes *Castella* dependem, naturalmente, da escavação e estudo de cada caso. Afigura-se importante, por isso mesmo, observar mais detalhadamente a informação disponível, verificando como ela é escassa e, sobretudo, tem servido como argumento de sustentação de propostas contraditórias, ao que parece, mais ditadas por inclinações circunstanciais, que por reais propósitos de esclarecimento da natureza desta peculiar forma de instalação e apropriação do espaço. Estas oscilações de «opinião» sugerem também que o registo arqueológico se mostrou avaro em informação; ou que nem sempre se adoptaram as melhores estratégias de investigação e documentação.

Em primeiro lugar, como já referi, não devemos perder de vista que, nos vinte monumentos recensados por Manuel Maia, houve escavações sistemáticas em apenas dois: Manuel Galo e Castelhinho dos Mouros; e sondagens, de menor ou maior extensão, em outros cinco: Namorados, Vale de Mértola, Chaminé das Cabeças, Amendoeira e Juntas (Maia, 1986: 201 e Maia / Maia, 1996). No que respeita à publicação de dados e materiais, não estamos melhor informados. De facto, para além da apresentação esquemática, com comentários, diga-se, de algumas sequências estratigráficas do Manuel Galo (Maia, 1974a: 141-147 e Figs. 5-9 e 1974b: 326-9 e Est. II e V-VII); e outros desenhos, em registo realista, mas sem comentários, nem legendas esclarecedoras, dos

outros monumentos escavados ou sondados (Maia, 1986: 207-8 e Figs. 9-12 e Maia / Maia, 1986: Est. VI; Maia / Maia, 1996: 66-70), pouco mais sabemos do que alguns comentários gerais sobre as condições de deposição de algumas peças.

Os espólios estão, na generalidade, inéditos, excepção feita a algumas cerâmicas e pouco mais, da primeira campanha de escavações do Manuel Galo (Maia, 1974a; M.<sup>a</sup> Maia, 1974 e Maia, 1974b) —pelas referências de Manuel Maia (1974b: 326-327), ficamos a saber que teriam sido apresentadas ao *III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973) duas *Comunicações* sobre as cerâmicas e lucernas deste sítio arqueológico, da autoria de M.<sup>a</sup> Maia e M.<sup>a</sup> Elizabeth Cabral, respectivamente, mas que nunca foram dadas à estampa—, algumas ânforas do Castelhinho dos Mouros e do Castelo das Juntas (Madeira, 1988), a totalidade das cerâmicas de «paredes finas» recolhida nas sondagens do castelo do Vale de Mértola (Sousa, 1995) e mais algumas peças do Castelhinho dos Mouros, apresentadas em fotografia (Maia, 1986: Taf. 21d e Maia / Maia, 1986: Fotos 14 e 15 e Maia / Maia, 1996). Sublinhe-se, contudo, que esta escassez da informação publicada não significa que não existam, de facto, dados suficientes para propor cronologias com relativa segurança, já que abundam, nos textos consagrados a estes sítios, as referências a peças de diversas épocas, infelizmente nunca desenhadas, nem sequer descritas.

Perante a escassez de elementos postos à disposição, somos forçados a respigar da bibliografia disponível a informação cronologicamente relevante. Assim, sabemos que há seguramente materiais republicanos (cerâmica campaniense) no Castelo do Manuel Galo (Maia, 1974b: 326) e no das Juntas, encontrados em estratigrafia (Maia, 1978: 282) e, em recolha de superfície, nos de Castelhinho dos Mouros (Maia, 1986: 204), Fonte Santa (Maia, 1978: 282), Papa Leite (*Ibid.*) e Alcaria Cova (*Id.*: 284). São particularmente interessantes, como é óbvio, os dados relativos aos locais mais extensamente escavados, o Castelo do Manuel Galo e o Castelhinho dos Mouros.

Para o primeiro, sabemos que terá aparecido cerâmica campaniense em estratigrafia (Maia, 1974b: 326), para além do fragmento de recolha superficial (M.<sup>a</sup> Maia, 1974: 158), bem como «(...) numerosos fragmentos de ânforas, na maior parte dos casos da forma Dressel I, cerâmica negra brunida por faixas e com decoração a roleta (...)» (Maia, 1974a: 142), também, uma moeda de KASTILO e uma lucerna republicana (Maia, 1974b: 327 e M.<sup>a</sup> Maia, 1974: 166 e Est. VI, Fig. 3), pelo que não se compreende que, anos mais tarde, o Autor da es-

cavação venha afirmar, parecendo ter esquecido o que já tinha publicado, que a recolha de *um fragmento* (sic) de Campaniense B à superfície «(...) *por si só, não autoriza que coloquemos honestamente a sua edificação antes da segunda metade do séc. I a.C.*» (Maia, 1986a: 207) —proposta que até seria aceitável, diga-se, sem ser necessário «esquecer» os restantes materiais.

Anos mais tarde, parece rever-se, uma vez mais, este âmbito cronológico, remetendo o seu esclarecimento para o estudo de Maria Maia de 1974 (Maia / Maia, 1996a: nota 44), o que não deixa de ser insólito, uma vez que a Autora estudou então somente os materiais das primeiras recolhas, tendo rematado o seu texto com as seguintes palavras: «*Apresentei uma selecção de peças, que são fruto de uma primeira campanha e de um ainda incompleto trabalho de classificação e estudo do material recolhido. Muito espero de escavações metódicas que planeamos realizar nesta estação em campanhas futuras, uma vez concluídos os estudos de gabinete que o volume de peças arqueológicas já reveladas, nos impõe*» (Maia, 1974: 166). Terá ficado esquecida, pois, aquela indicação dada à estampa na *Comunicação* apresentada ao *III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973), já depois de efectuada uma segunda campanha de escavação no monumento: «*O espólio recolhido em estratigrafia na última campanha [a segunda] deu-me a possibilidade de alargar levemente essas balizas cronológicas [as constantes do artigo de M.<sup>a</sup> Maia (Maia, 1974b: 326); igualmente esquecidas (para sempre?) parecem ter ficado as mencionadas Comunicações ao III Congresso Nacional de Arqueologia sobre as cerâmicas finas e lucernas do monumento de Mértola (Maia, 1974b: 326-327). Por estas constantes hesitações e contradições se compreenderá que considere de escassa credibilidade o que se tem publicado sobre este monumento em particular e, por extensão, sobre todo o conjunto.*

Quanto ao Castelhinho dos Mouros, também ele com Campaniense B à superfície (Maia, 1986: 204 e Maia / Maia, 1996), ofereceu elementos aparentemente mais sólidos, designadamente os vestígios do que poderia ter sido um acto fundacional do edifício, um pequeno animal sacrificado(?), associado a uma lucerna do tipo Dressel/Lamboglia 3 e uma moeda cunhada em *LIBERALITAS IVLIA EBORA* (Maia, 1986: 204 e Maia / Maia, 1986: 20-25 e 1996: 72-73), tudo sob o pavimento da construção, o que forneceria um *terminus post quem* em torno dos anos 12-11 a.C., para a edificação da estrutura, fazendo fé na proposta de datação das cunhagens da cidade lusitana apresentada por António Faria

(1995: 147-8) e que seria genericamente concordante com a fase final de produção / circulação das lucernas daquele tipo (Pavolini, 1981: 161 e ss., Tav. XXXI; 1987: 144-149 e 1991: 109-110).

Também supostamente significativo como elemento de datação da edificação do Castelo da Amendoeira seria um fragmento de «paredes finas», similar à Forma X de Françoise Mayet, recolhido no enchimento subjacente ao pavimento e que dataria dos finais da época de Augusto (Maia, 1986: 207; Maia / Maia, 1986: 21 e Foto 15 e Maia / Maia, 1996: 71). No entanto, como a peça não é descrita, nem categoricamente classificada —sabe-se bem quanto enganadora pode ser a menção de «similar», em matéria de ceramologia antiga—, encaro com alguma reserva esta notícia. Por outro lado, é conveniente não perder de vista que esta forma em «paredes finas», embora se possa atribuir genericamente à época de Augusto, admite também datações mais antigas, como os dados das escavações de Mesas do Castelhinho (Almodôvar) claramente comprovam (Fabião; Guerra, 1994). Registe-se, que os próprios Autores têm consciência destas balizas, quando publicaram um exemplar inteiro, enquadrável nesta mesma forma, recolhido no Castelhinho dos Mouros, atribuindo-lhe uma cronologia «*tardo-Republicana ou Augustea*» (Maia / Maia, 1986: 21 e Foto n.º 15) —uma vez mais, esta afirmação ditada pelo bom-senso e pelos conhecimentos actualmente existentes, foi revista em texto mais recente, escrevendo-se então que tal peça «*com uma forma idêntica à Mayet 10c e situável por consequência, no período de Augusto (...)*» (Maia / Maia, 1996: 72).

Mais seguros serão, como é natural, os dados relevantes sobre os períodos de ocupação e abandono, embora, uma vez mais, me pareça haver alguma «inflexibilidade» nas conclusões, sobretudo nas do mais recente texto de Manuel Maia. Desde logo, haverá que sublinhar algumas diferenças nos ritmos de utilização destas estruturas, exemplarmente expressas nos casos do Castelo do Manuel Galo, presumivelmente abandonado nos inícios do séc. II d.C. (Maia, 1974b: 327; 1978: 283-4 e 1986: 207) e o Castelhinho dos Mouros supostamente desactivado nos finais da época de Augusto ou inícios do reinado de Tibério (Maia, 1986: 207 e Maia / Maia, 1986: 21; 1996: 73), um lapso de tempo de utilização extremamente curto para esta estrutura, eventualmente «substituída» pelo Castelo dos Mestres que lhe fica próximo e terá fornecido materiais de cronologia mais recente (sécs. I-II d.C.), à superfície (Maia, 1978: 282) —observação revista em texto posterior, ainda que somente com novos dados de superfície (Maia / Maia, 1996: 72).

Devo reconhecer que a suposta «substituição» do Castelhinho dos Mouros, pelo do Monte dos Mestres se afigura algo insólita, uma vez que o segundo se instalou num serro bastante elevado e com amplo domínio visual do território envolvente, enquanto que o primeiro (seu pretense antecessor), se acha em suave ondulação do terreno, mais próximo da ribeira. Se algum critério de visibilidade / defensabilidade presidiu à escolha dos lugares de instalação destas estruturas, só se poderia considerar aceitável uma inversão na sequência de construção: o dos Mestres antecedendo o Castelhinho dos Mouros. Uma vez mais, há que reconhecer que qualquer discussão sobre este tema é simplesmente retórica, já que o primeiro foi extensamente escavado e o segundo nem sequer sondado.

Para os outros casos onde se efectuaram sondagens, a informação é menos segura, com propostas de abandonos no período compreendido entre os finais do reinado de Nero e os inícios do de Vespasiano para os castelos de Namorados, Chaminé das Cabeças, Vale de Mértola e Amendoeira (Maia, 1986: 207), não se percebendo o que terá acontecido ao material do séc. II d.C. que haveria no primeiro ou à «*extensa uilla*» a que teria dado origem, como em outro local o Autor escreveu (Maia, 1978: 282); ou porque razão se defende um âmbito cronológico tão curto para o terceiro, fracamente sustentado pela colecção de «paredes finas» (Sousa, 1995: 106-7). Como tem sido norma nos textos de Manuel Maia, estas cronologias foram matizadas recentemente: para os Namorados a data de abandono é indefinida (Maia / Maia, 1996: 71); para a Chaminé das Cabeças nada se sabe; para Vale de Mértola e Amendoeira o abandono «recuou» para a época de Tibério (*Id.*: 71-72). Creio que não adianta sublinhar, ainda outra vez, a incomodidade que estas oscilações nas propostas de cronologia deixa em qualquer leitor, sobretudo, por não serem acompanhadas da apresentação de dados minimamente consistentes que permitam entendê-las.

Certo parece ser, contudo, o conjunto de procedimentos que preside ao abandono de todos os monumentos escavados: uma destruição, com incêndio, que supostamente inviabilizaria uma re-utilização dos mesmos (Maia, 1974a: *passim*; 1974b: 327; 1978 e Maia / Maia, 1986: 204; 1996: 77). Este dado não deixa de ser perturbador já que reflecte uma identidade de comportamento nos abandonos —com evidente paralelo na similitude de projectos, observado nas diferentes construções estudadas—, mas que se articula mal com a diversidade cronológica dos mesmos. Isto é, não terá existido, por certo, um mesmo fenómeno que justifique um compor-

tamento, recorrentemente adoptado ao longo de um tão extenso lapso de tempo.

Por entre hesitações e contradições, e até dispor-mos de mais detalhada publicação dos dados obtidos no decurso das escavações, parece aceitável a ideia de que os monumentos não terão sido construídos obedecendo a um mesmo plano, isto é, não fariam parte de nenhum complexo unitário, como se admitiu (Maia, 1974a; 1974b; 1978; Alarcão, 1983: 40; Guerra / Fabião, n.p.; Fabião: 1989: 47-8; 1992: 218-221 e 1993: 183-4), o que não deixa de causar alguma perplexidade, atendendo à extraordinária regularidade das suas estruturas. Definitivamente afastada parece estar também a hipótese de uma associação com os conflitos de época sertoriana, que chegou a ser sugerida (Maia, 1978: 280 e Alarcão, 1983: 40), por manifesta falta de um suporte material que a sustente —com a possível excepção do Castelo das Juntas, Castro Verde, que, como se referiu, é não só anterior, como substancialmente diferente na estrutura, podendo, hipoteticamente, incluir-se no processo que determinou a construção do Castelo da Lousa, Mourão (Fabião, 1998), mas que, de qualquer modo, haveria que enquadrar no período que se segue à vitória sobre Sertório e Perpenna (Wahl, 1985; Fabião, 1998). Não deixa de ser interessante, contudo, a coincidência da época de abandono da fortificação da margem esquerda do Guadiana, com as propostas para algumas das construções do Baixo Alentejo.

De momento, afigura-se plausível supor que os *Castella* corresponderam a um modelo de instalação e apropriação do território, desenvolvido ao longo de um período que se estenderá desde os meados ou terceiro quartel do séc. I a.C. aos inícios da centúria seguinte, tendo conhecido depois uma fase de declínio (entenda-se, enquanto forma de instalação), que terá motivado o abandono definitivo das últimas destas construções em um momento impreciso, algures durante o século I d.C., ou já nos inícios da centúria seguinte. Naturalmente, se não foram todas instaladas na mesma altura, obedecendo a um qualquer plano de ocupação de um território bem definido, eventualmente com objectivos concretos, também não fará sentido presumir um abandono simultâneo que, seguramente, não se terá verificado. Não deixa, contudo, de ser notável, repito, a semelhança entre os projectos e a regularidade das acções que marcam o seu abandono, ambas sugerindo um enquadramento num mesmo plano de construção/abandono.

Questão controversa e longe de estar esclarecida é a da função (ou funções) dos *Castella* do Sudoeste. Uma vez mais, parece-me de salientar a atitude

«preconceituosa», no sentido etimológico do termo, que tem dominado todo o debate em torno das funções destas enigmáticas estruturas.

Num primeiro momento, a solidez estrutural e a regularidade das plantas dominou o discurso arqueológico, conduzindo às interpretações de carácter militar; daí, também, o ênfase que foi dado aos materiais de cronologia mais antiga que permitiriam fazer recuar a fase de construção para os períodos conturbados que marcaram os finais da República, uma vez que não parecia verosímil supor a instalação de um qualquer dispositivo militar em época posterior, já depois de definitivamente controlado e pacificado o território. Apesar destas propostas, pairou, desde sempre, a insolúvel interrogação sobre as razões da sua continuidade em épocas de paz. Trata-se, afinal, do conjunto de propostas, perplexidades e interrogações contidos nos primeiros textos de Manuel Maia (1974a: 147 e 1974b: 326-9 e 332). Por outro lado, algumas constantes observadas faziam supor que as diferentes construções pertenceriam a um mesmo conjunto: regularidade das implantações (mais aparente que real, diga-se), das plantas e dos incêndios intencionais que marcam o seu abandono. De facto, se todos estes temas se podem considerar ainda «em aberto»; não será também de excluir a possibilidade da grande solidez estrutural do piso térreo se dever, simplesmente, à necessidade de assegurar uma firme base de sustentação para um piso superior, o que, apesar de tudo, não anula a sua clara feição turriforme.

Importará analisar a mais recente proposta «funcional», defendida pelo autor (Maia / Maia, 1996), de se tratar de um plano de colonização, vocacionado para a exploração de filões de galena argentífera, na esteira, aliás, de algumas sugestões que avançara já anteriormente (Maia, 1986 e 1988). A proposta, não é incompatível com a tese de Wahl, de se tratar de casas agrícolas fortificadas, como pretendem os Autores. De facto, como é sabido, o conceito jurídico do *fundus*, explorado por um proprietário de uma *uilla*, abrange as riquezas do seu subsolo, incluindo as mineiras, sobretudo quando estas são de escassa dimensão, como é manifestamente o caso; quando o controle oficial dos metais explorados era ainda bastante «fluído» —o que, de facto, só parece modificar-se posteriormente na Península Ibérica (Domergue, 1990: 253 e ss.). Assim, *uillae* e actividades extractivas não se excluem, nem se contradizem, enquanto propostas de função para os monumentos em causa. Há que reconhecer, porém, que os abundantes vestígios dessa actividade mineira, se reduzem, afinal, a muito pouco (Maia / Maia, 1996a: 74); nada que se compare com o registado em outros

locais, onde manifestamente se desenvolveram essas actividades, como a região de Azuaga (Domergue, 1970) ou Hornachuelos (Jiménez Ávila, 1989-1990), para citar dois casos de inequívoca exploração de galenas argentíferas, ambas na área de Badajoz, e que, em qualquer dos casos, não parecem ter conhecido formas de povoamento similares.

Isto, naturalmente, para não falar do manifesto exagero em que incorrem M.<sup>a</sup> e M. Maia, nomeadamente, ao considerarem que empreendimentos desta natureza possam ter substituído as minas de prata da Sierra Morena (Maia / Maia, 1996: 76), que poderiam, de facto, ter registado um «abrandamento» de laboração, na sequência dos episódios hispânicos das Guerras Civis, como tem sido observado (Domergue, 1987 e 1990) —veja-se, no entanto, o caso dos lingotes do naufrágio de Cabrera 5 (também conhecido por Cabrera E), que documentam uma exportação de época Augustana, saída ao que parece da Sierra Morena (Colls / Domergue / Guerrero Ayuso, 1986). A observação do contexto em que se encontraram estes lingotes faz inclusivamente supor, como admitem os Autores, que não será absolutamente exacta a classificação como republicanos deste tipo de lingotes (*Ibid.*), o que, por sua vez, poderá implicar uma reavaliação de alguma da informação conhecida, sobretudo da que não possui coordenadas contextuais. A dinâmica da exploração das minas do interior da Sierra Morena poderá ser, de facto, bastante mais complexo, com abandonos e reocupações talvez ditados por razões inerentes aos condicionalismos de extracção, que deverão ser considerados de um modo casuístico. Parece afastada a ideia de se poder apresentar um modelo unitário de explicação para os ritmos e cronologias de extracção.

Recentemente, foi apresentada nova proposta funcional relacionada com a necessidade de defesa de uma área mineira, para os recintos-torre de La Serena, Badjoz, um dos tradicionais «paralelos» dos *castella* do Baixo Alentejo; o Autor da dita foi mais longe ainda, sugerindo um enquadramento no âmbito das guerras sertorianas para a principal fase de edificação / utilização das mesmas, embora sem excluir fases de construção anteriores e continuidades na ocupação (Ortiz Romero, 1995). Infelizmente, creio que a maior semelhança que se pode notar entre estes dois agrupamentos de construções (La Serena e Baixo Alentejo), é justamente a escassez de dados concretos sobre as suas ocupações e a abundante discussão a seu respeito, quase sempre sem um suporte material credível. Particularmente se considerarmos os poucos dados estratigráficos publicados (Rodríguez Díaz / Ortiz Romero, 1986).

Ainda que, em termos absolutos pareça mais aceitável a hipótese dos sistemas defensivos, relacionados com actividades extractivas, do que propriamente sedes de pequenas explorações; deve reconhecer-se, porém, que uma e outra carecem ainda de provas concludentes.

De facto, e até prova em contrário, julgo que a (igualmente recente) análise de P. Moret estabelece correctamente o ponto da situação —cronologia avançada para estas construções e localização geográfica claramente afastada de outros núcleos conhecidos (Moret, 1995 e Fig. 1)—; com base, inclusivamente, nos dados publicados das poucas sondagens estratigráficas efectuadas nos próprios recintos de La Serena (Rodríguez Díaz / Ortiz Romero, 1986). Esta proposta tem, ainda o valor acrescentado de resultar de um cuidado estudo das tradições arquitectónicas peninsulares na Antiguidade (Moret, 1996), empreendida por um Autor que, em fase anterior da pesquisa, até chegou a defender a sua vinculação a uma tradição indígena (agora, liminarmente negada, no meu entender, bem) para parte destas estruturas turriformes (Moret, 1990).

O aspecto mais curioso da proposta de Ortiz Romero reside no facto de ir ao encontro (coincidir, mesmo) das mais antigas interpretações aventadas para o conjunto dos *castella* do Baixo Alentejo, tidos, também, como estruturas defensivas instaladas junto de regiões mineiras, no contexto das guerras sertorianas (Maia, 1974a, 1974b, 1978: 280; Alarcão, 1973: 40; 1985: 102). Pessoalmente, defendi, também, uma relação entre as estruturas alentejanas e as rotas por onde circulariam os metais extraídos das diferentes minas da faixa piritosa alentejana (Fabião, 1989: 47-48; 1992: 222 e 1993c: 183-184) —embora, desde sempre, me parecesse estranha a sua densidade e distribuição espacial, onde se não vislumbra uma coerência com uma possível via que acedendo a Mértola, o porto natural mais próximo, assegurasse o escoamento destas riquezas, em direcção ao Mediterrâneo. Diria que esta relação, entre *castella* e riqueza mineira, constitui, sem dúvida, a matriz comum das diferentes interpretações (excepção feita à tese de J. Wahl). No entanto, há que reconhecer, também, que falta, no registo arqueológico publicado, uma massa de dados suficiente para tornar credíveis estas propostas.

Por caminho análogo seguiu recentemente M.<sup>a</sup> Paz García-Bellido (1994-1995), ainda que em percurso inverso, se assim se pode dizer. Retomando as inscrições sobre lingotes de chumbo do naufrágio de Valle Ponti, Comacchio (Berti, 1985 e 1986; Domergue, 1987b; Parker, 1992: 443-444), em sugestiva «reconstituição» das respectivas marcas, pretendeu

identificar o nome de Agripa e monogramas das legiões *X Gemella* (ou *Gemina*), *Macedonica* e *Prima*. Contingentes destes três corpos militares teriam trabalhado, em *vexillationes*, na extracção de chumbo argentífero, o que justificaria as inscrições dos lingotes. Estabelece, ainda, uma relação entre estas operações e os *castella* do Baixo Alentejo, bem como com os chamados «recintos-torre» de La Serena. A hipótese, extremamente sugestiva na «descodificação» das siglas constantes nas marcas impressas nos lingotes, esbarra, em meu entender, em obstáculos insuperáveis, a saber, a composição da carga do navio, ânforas orientais, do tipo Dressel 6 e *sigillata* da Itália setentrional (Berti, 1985 e 1986; Domergue, 1987 e Parker, 1992: 444) —isto é, nada que sugira relações ocidentais, mas antes um coerente conjunto de artigos, remetendo para os tráfegos do Adriático e Mediterrâneo Oriental— e o local do naufrágio, a região norte do Adriático, perfeitamente consentânea com a restante carga transportada; para não falar nas questões de tipologia dos lingotes, claramente distinta das conhecidas para a *Hispania*, como bem frisou C. Domergue (1987: 137-141), tema naturalmente mais controverso. Em nenhuma circunstância se consegue vislumbrar como poderia ter naufragado em tais paragens e com tal carregamento cerâmico um navio que transportasse metais hispânicos. Não creio, pois, que esta possa ser uma solução aceitável para o persistente «enigma» das funções dos estabelecimentos alentejanos.

Toda a reflexão e debate em torno dos dois grandes conjuntos a que se tem aludido, La Serena e Baixo Alentejo (chamemo-lhe assim, por comodidade de expressão) repousam no pressuposto de que se trata (em ambos casos) de formas de instalação e organização, no espaço, peculiares, basicamente sem paralelos —particularmente, desde que se demonstrou a distância cronológica e espacial que as separa das suas congéneres da *Baetica*, tidos, durante muito tempo como os seus mais notórios elementos de comparação (Moret, 1995, com um bom historial das pesquisas, até aos mais recentes trabalhos). No entanto, esta suposição poderá estar parcialmente errada, ainda que seja inquestionável a singularidade desta forma de instalação, no contexto do antigo povoamento do Sudoeste.

De facto, nos últimos anos têm vindo a ser identificados em outros locais desta região construções, supostamente de época romana, que partilham várias das características dos estabelecimentos em causa. Manuel Calado identificou vários na área a norte de Évora, que designou como «recintos ciclóticos» (Calado, 1994-1995), de pequenas dimensões, osci-

lando, em regra, entre os 150 e os 200m<sup>2</sup> (*Id.*: 275); e José Norton assinalou um outro na Casa Branca, Ferreira do Alentejo, de maiores dimensões (Fabião / Norton / Cardoso, 1997). Sobre os primeiros, não dispomos de informações concretas que permitam determinar um âmbito cronológico de construção e ocupação, embora não pareçam poder relacionar-se com o mundo indígena pré-romano. Quanto ao outro, os materiais de superfície permitem datá-lo de uma fase antiga do período romano, embora não autorizem uma escolha clara entre a fase tardo-republicana e os inícios do Principado —ânforas da Classe 15 (= Haltern 70) e outras de tipo(s) indeterminado(s) também da *Baetica*, saídos dos centros produtores da baía gaditana, almofariz de pé anelar, também de proveniência meridional (área do Gadalquivir) (*Ibid.*). O aparelho «ciclótico» não tem de facto, qualquer tradição local pré-romana, e deve considerar-se, sobretudo, uma solução ditada pela natureza das matérias-primas disponíveis, nos locais de construção.

A estes exemplos mais bem conhecidos, ainda que somente por observações e recolhas de superfície, poderiam somar-se vários outros, caracterizados somente por serem pequenos espaços ocupados, geralmente sobre discretas ondulações de terreno, com materiais de época romana, que se enquadram mal nas diferentes formas de construir e ocupar o território, que conhecemos no período romano (Mataloto, 2002) —talvez porque conhecemos, sobretudo, as instalações de fases mais recentes e de maior dimensão. Mas o que interessa reter é que o suposto carácter circunscrito e eventualmente orientado para a exploração mineira não se verifica em nenhum destes casos, uma vez que não há relações de proximidade com áreas ricas em jazidas minerais.

Também parece excluída a hipótese de associar estas diferentes estruturas a uma organização militar. Já comentámos todo o conjunto de diferenças que se podem detectar entre uma estrutura como o Castelo da Lousa, Mourão, (esse, sem dúvida, de clara função castrense) e os edifícios que temos estado a comentar. Pode admitir-se, todavia, que estas arquitecturas militares tenham influenciado de algum modo os chamados *Castella* do Sudoeste, como influenciaram, diga-se, outras construções de evidente cariz agrário, como a casa de La Sevilla (Aguilar Sáenz; Guichard, 1993: 160-165), em plena Extremadura, sem que ocorra supor que tal construção possa Ter tido alguma finalidade bélica. O tema das arquitecturas das fases antigas da ocupação romana no Sudoeste é, aliás, algo que merecerá futuramente um estudo detalhado. Na realidade, o que hoje sabemos, é que distintos modelos e organi-

zações coexistiram, como se pode ver pelas mais antigas instalações na área da Vidigueira (Mantas, 1986; Silliéres, 1994) ou pela *uilla* de Neves (Maia; Maia, 1996), todas com plantas lineares, onde também se poderá vislumbrar uma inspiração das «arquitecturas militares», sem que funcionalmente possam ser interpretadas como outra coisa que não instalações agrárias.

A admitirmos alguma familiaridade entre estes vários sítios, e não será de mais repetir que esta é somente uma hipótese, entre outras possíveis, haverá que aceitar, também, que se destinariam a explorar diferentes recursos e/ou desempenhar distintas funções, provavelmente, com diversos enquadramentos institucionais. Não sendo de excluir, também, a possibilidade de terem sido instaladas e ocupadas ao longo de um lapso cronológico compreendido entre os meados do séc. I a.C. —nada indicando que o possam ter sido antes, a não ser nos casos de evidente função militar, como o Castelo da Lousa e (talvez) o Castelo das Juntas— e os meados/fins da centúria seguinte. Nada indica, pois, que possam ter correspondido a um plano unitário de instalação, do tipo dos verificados na *deductio* das Colónias; e o facto de terem coexistido, no tempo, com outras formas de ocupação do espaço, demonstraria, apenas, que se tratava de um (entre vários) modelos de povoamento.

O aspecto mais interessante desta observação / interpretação é o de permitir entender o processo de ocupação e controle do território empreendido sob o domínio romano, não de uma forma linear, progressiva, marcado por uma sequência de planos, mais ou menos coerentes, politicamente determinados; do tipo, primeiro o domínio militar, depois a apropriação das áreas mineiras, depois colonização agrária, etc... Mas, pelo contrário, como um conjunto de tendências de instalação, sucessivamente postas em prática, ao ritmo das oscilações da conjuntura política, verificada em Roma e no próprio espaço peninsular. Esta ideia de um processo que se fez, de um modo descontínuo, com experiências de controle territorial abortadas, a que se foram seguindo outras, umas bem sucedidas, outras não, parece-me mais consentânea com o panorama que podemos colher nas fontes literárias, onde são notórias as diferentes estratégias ensaiadas pelos vários governadores provinciais, para além, naturalmente, das longas quere-las em torno dos modos de conceber, estruturar e gerir o Império.

Creio que será lícito reconhecer a legitimidade de outras orientações de «leitura interpretativa», justamente por falta de informação sólida; e, sobretudo, não devemos esquecer a probabilidade de cada um

destes casos (La Serena, Baixo Alentejo e outros) pertencer a épocas e enquadramentos distintos — particularmente impressionante parece, por exemplo, a uniformidade estrutural verificada no Baixo Alentejo; talvez, também, em La Serena. Todas poderão corresponder, contudo, um mesmo modelo de ocupação do espaço, embora com distintas finalidades e funções, onde as preocupações defensivas não seriam um factor desprezível. Podem considerar-se, pois, como uma das mais antigas formas de instalação ensaiadas pelos romanos no Sudoeste, independentemente, repito, dos seus enquadramentos e finalidades.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR SÁENZ, A. e GUICHARD, P., 1993: *Villas Romanas D'Estrémadure: Doña María, La Sevillana et leur Environnement*, Madrid (Collection de la Casa de Velázquez, 43).
- ALARCÃO, J., 1973: *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo.
- ALARCÃO, J., 1983: *Portugal Romano*, 3.ª ed., Lisboa, Verbo.
- BERROCAL RANGEL, L., 1992: *Los Pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica*, Madrid (Complutum-Extra, 2).
- BERTI, F., 1985: «La Nave Romana di Valle Ponti (Comacchio)», *Rivista di Studi Liguri*, 51, pp. 553-570.
- BERTI, F., 1986: «Rinvenimenti di Archeologia Fluviale ed Endolagunare nel Delta Ferrarese», *Bollettino D'Arte - Supplemento Archeologia Subaquea*, 3, pp. 19-38.
- CAEIRO, J. O. S., 1976-1977: «Marcas de Oleiro em "Terra Sigillata" Itálica do Castelo das Guerras (Moura)», *Setúbal Arqueológica*, 2-3, pp. 419-422.
- CALADO, M., 1994-1995: «Recintos Ciclóticos no Alentejo Central», *A Cidade de Évora - Boletim Cultural da Câmara Municipal*, II.ª série, 1, pp. 275-285.
- CID, P. A. B., 1993: *A Arquitectura dos Castella do Baixo Alentejo e Serra Algarvia*, Trabalho elaborado no âmbito do Mestrado em História da Arte, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa (ano lectivo de 1992-1993), s/l, policopiado.
- COLLS, D.; DOMERGUE, C. e GUERRERO AYUSO, V., 1986: «Les Lingots de L'Épave Romaine Cabrera 5 (Ile de Cabrera, Baléares)», *Archaeonautica*, 6, pp. 31-80.
- DIOGO, A. M. D., 1980: *Marcas de Terra Sigillata Itálica em Portugal*, Lisboa, G.E.C.A.

- DOMERGUE, C., 1970: «Un Témoignage sur l'Industrie Minière et Métallurgique du Plomb dans la Région d'Azuaga (Badajoz) Pendant la Guerre de Sertorius», *XI Congreso Nacional de Arqueología (Merida, 1968)*, Zaragoza, pp. 608-626.
- DOMERGUE, C., 1987: «Les Lingots de Plomb de l'Épave Romaine de Valle Ponti (Comacchio)», *Epigraphica*, 49, pp. 109-175.
- DOMERGUE, C., 1990: *Les Mines de la Péninsule Ibérique dans L'Antiquité Romaine*, Roma (Collection de L'École Française de Rome, 127).
- EDIA, 2002: *Castelo da Lousa testemunho da civilização romana no Guadiana*. CDROM-Versão «0».
- FABIÃO, C., 1989: *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, UNIARQ/INIC (Cadernos da Uniarq, 1).
- FABIÃO, C., 1992: «O Passado Proto-Histórico e Romano», in: MATTOSO, J. (Dir.) *História de Portugal. Primeiro Volume: Antes de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 76-299.
- FABIÃO, C., 1993: «Os Contextos da Conquista Romana», in: MEDINA, J. e GONÇALVES, V. S. (Dir.) *História de Portugal, O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a Ocupação Romana.*, vol.2, Amadora: Ediclube, pp. 72-80.
- FABIÃO, C., 1998: *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*, 3 vols., Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- FABIÃO, C., 2001: «O povoamento do Sudoeste peninsular na segunda metade do I Milénio a.C.: continuidades e rupturas». In: BERROCAL-RANGEL, L.; GARDES, P. (dir.) *Entre Celtas e Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia; Casa de Velázquez, pp. 227-246.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A., n. p.: «Fortificações Romanas do Período da Conquista no Actual Território Português», Conferência apresentada ao *I Encontro sobre Animação dos Espaços Histórico-Militares (Elvas / Campo Maior, 1987)*.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A., 1994: «As Ocupações Antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados Preliminares das Campanhas de 1990-92», *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*, vol. II, pp. 275-289.
- FABIÃO, C.; NORTON, J. e CARDOSO, J. L., 1997: «O Recinto Fortificado de Casa Branca (Ferreira do Alentejo)», *Al-Madan*, II série, 6, pp. 38-42.
- FARIA, A. M., 1995: «Moedas da Época Romana Cunhadas em Território Actualmente Português», In: GARCÍA-BELLIDO, M.<sup>a</sup>P. e CENTENO, R. M. S. (eds.), *La Moneda Hispánica Ciudad y Territorio*, Madrid (Anejos de Archivo Español de Arqueología, 14) pp. 143-153.
- GARCÍA-BELLIDO, M.<sup>a</sup>P., 1994-1995: «Las Torres-Recinto y la Explotación Militar del Plomo en Extremadura: los Lingotes del Pecio de Comacchio», *Anas*, 7-8, pp. 187-219.
- JIMÉNEZ ÁVILA, F. J., 1989-1990: «Notas Sobre la Minería Romano-Republicana Bajoextremeña: Las Explotaciones de Plomo de la Sierra de Hornachos (Badajoz)», *Anas*, 2-3, pp. 123-134.
- MACHADO, J. L. S., 1965: «Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos», *separata de O Arqueólogo Português*, nova série, 5.
- MADEIRA, M.<sup>a</sup>. J. P. S., 1988: «Subsídios para o Estudo do Material Anfórico dos Castella da Zona de Castro Verde», in: *Actas do 1.º Encontro de Arqueologia da Região de Beja (Beja, 1986)*, *Arquivo de Beja*, 2.<sup>a</sup> série, 3, pp. 121-131.
- MAIA, M., 1974<sup>a</sup>: «1.<sup>a</sup> Campanha de Escavações Realizada no Cerro do Castelo do Manuel Galo (Mértola) Uma Possível Fortaleza Romana», *Actas das II Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972)*, Vol. II, Lisboa, AAP, pp. 139-155.
- MAIA, M., 1974<sup>b</sup>: Fortaleza Romana do Monte Manuel Galo (Mértola), *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*, Vol. I, Porto, pp. 325-331.
- MAIA, M., 1978: «Fortalezas Romanas do Sul de Portugal», *Zephyrus*, 28-29, pp. 279-285.
- MAIA, M., 1986: «Os Castella do Sul de Portugal», *Madrider Mitteilungen*, 27, pp. 195-223.
- MAIA, M., 1988: «Os Castella do Sul de Portugal - sua Integração Histórica», in: *Actas do 1.º Encontro de Arqueologia da Região de Beja (Beja, 1986)*, *Arquivo de Beja*, 2.<sup>a</sup> série, 3, pp. 43-55.
- MAIA, M.<sup>a</sup>, 1974: «Notas Sobre a "Terra Sigillata" do Manuel Galo (Mértola) Enquadramento Cronológico», *Actas das II Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972)*, Vol. II, Lisboa, AAP, pp. 157-174.
- MAIA, M.<sup>a</sup> e MAIA, M., 1986: *Arqueologia da Área Mineira de Neves-Corvo. Trabalhos Realizados no Triénio 1982-84*, SOMINCOR, s/l.
- MAIA, M.<sup>a</sup> e MAIA, M., 1996: «Os Castella do Sul de Portugal e a Mineração da Prata nos Primórdios do Império», In: REGO, M. (Dir.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Castro Verde, C. Municipal de Castro Verde, pp. 60-81.
- MANTAS, V. G., 1986: «Implantação Rural Romana em torno da Villa de S. Cucufate (Vidigueira)»,

- 1.º Encontro de Arqueologia da Região de Beja (Beja, 1986), Arquivo de Beja, 2.ª série, 3, pp. 199-214.*
- MATALOTO, R., 2002: «Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5 (1), pp. 161-220.
- MORET, P., 1990: «Fortins, “Tours d’Hannibal” et Fermes Fortifiées dans le Monde Ibérique», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 26(1), pp. 5-43.
- MORET, P., 1995: «Les Maisons Fortes de la Bétique et de la Lusitanie Romaines», *Révue des Études Anciennes*, 97 (3-4), pp. 527-564.
- MORET, P., 1996: *Les Fortifications Ibériques de la Fin de l’Âge du Bronze à la Conquête Romaine*, Madrid, Casa de Velázquez (Collection de la Casa de Velázquez, 56).
- ORTIZ ROMERO, P., 1995: «De recintos, Torres y Fortines: Usos (y Abusos)», *Extremadura Arqueológica*, 5, pp. 177-193.
- PAÇO, A.; LEAL, J. B., 1966a: «Castelo da Lousa, Mourão (Portugal). Una Fortificación Romana de la Margen Izquierda del Guadiana», *Archivo Español de Arqueología*, 39 (113-114), pp. 167-183.
- PAÇO, A.; LEAL, J. B., 1966b: «Castello di Lousa. Fortino Romano sulla Guadiana, a Mourão (Portugal)», *Estratto da Estudios Italianos em Portugal*, 26 (I).
- PAÇO, A.; LEAL, J. B., 1968: «Castelo da Lousa (Mourão). Campanhas de Escavações de 1965, 1966 e 1967», *Conimbriga*, 7, pp. 1-6.
- PAÇO, A.; LEAL, J. B.; ALARCÃO, A.; ALARCÃO, J., 1967: «Castelo da Lousa (Mourão)», *Separata do Boletim da Junta Distrital de Évora*, 6.
- PARKER, A. J., 1992: *Ancient Shipwrecks of the Mediterranean & the Roman Provinces*, Tempvs Reparatum, Oxford (B.A.R. International Series, 580).
- PAVOLINI, C., 1981: «Le Lucerne Nell’Italia Romana», In: GIARDINA, A.; SCHIAVONE, A. (Eds.), *Merci, Mercati e Scambi nel Mediterraneo*, Roma-Bari, Laterza (*Società Romana e Produzione Schiavistica*, II), pp. 139-184.
- PAVOLINI, C., 1987: «Le Lucerne Romane fra il III Sec. A.C. e il III Sec. D.C.», *Céramiques Héliénistiques et Romaines*, 2, pp. 139-165.
- PAVOLINI, C., 1990: «Les Lampes Romaines en Gaule aux IIe et Ier Siècles Avant Jésus-Christ», In: DUVAL, A.; MOREL, J.-P. e ROMAN, Y. (Eds.), *Gaule Interne et Gaule Méditerranéenne aux IIe et Ier Siècles Avant J.-C.. Confrontations Chronologiques*, (Supp. 21 de «Révue Archéologique Narbonnaise»), pp. 99-112.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A., 1991: «“Proyecto Hornachuelos”: 1986-1990 (Ribera del Fresno, Badajoz)», *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*, *Extremadura Arqueológica*, 2, pp. 283-300.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e JIMÉNEZ ÁVILA, F.J., 1987-8: «Informe sobre las Excavaciones Realizadas en el Yacimiento de Hornachuelos, Ribera del Fresno (Badajoz). 1986-1988», *Norba*, 8-9, pp. 13-31.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e ORTIZ ROMERO, P., 1986: «Avance a la primera Campaña de Excavación en el Recinto-Torre de Hijovejo (Quintana de la Serena, Badajoz). El Sondeo núm. 2», *Norba*, 7, pp. 25-41.
- SILLIÈRES, P., 1994: «Les Premiers Établissements Romains de la Région de Vila de Frades (Vidigueira, Portugal)», In: GORGES, J.-G. e SALINAS DE FRÍAS, M. (Eds.), *Les Campagnes de Lusitanie Romaine. Occupation du Sol et Habitats (Table Ronde Internationale, Salamanque, 1993)*, Madrid / Salamanca (Collection de la Casa de Velázquez, 47), pp. 89-98.
- SOUSA, Élvio M. 1995: «Cerâmicas de Paredes Finas do Castelo do Vale de Mértola (Castro Verde)», *Vipasca Arqueologia e História*, 4, pp. 101-121.
- VASCONCELLOS, J. L., 1933: «Excursão pelo Baixo-Alentejo», *O Archeólogo Português*, 29 (1930-1931), pp. 230-246.
- VIANA, A., 1959: «Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo», *Arquivo de Beja*, 16, *separata* com numeração própria.
- VILLAS-BOAS, Fr. Manuel do Cenáculo, 1791: *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- VILLAS-BOAS, Fr. Manuel do Cenáculo, 1813: *Graças Concedidas por Christo no Campo de Ourique Acontecidas em Outros Tempos, e Repetidas no Actual Conformes aos Desenhos de suas Idades*, Lisboa, Imprensa Régia.
- WAHL, J., 1985: «Castelo da Lousa. Ein Wehrgeöft Caesarisch-Augusteischer Zeit», *Madrider Mitteilungen*, 26, pp. 150-176.